

Da Filosofia do Conhecimento de Kant à Filosofia da Ciência de Popper

Remi Schorn
UNIOESTE
remirs@hotmail.com

RESUMO: O racionalismo crítico contemporâneo é herdeiro do problema configurado na filosofia do conhecimento moderna, tanto ontológica como epistemologicamente. A pretensão deste artigo é mostrar a estreita relação, tanto do ponto de vista do problema, quanto do referencial teórico entre essas filosofias. Popper compreendeu que Kant não estava preocupado em investigar *por que* é possível conhecer o mundo, mas *como* podemos progredir na investigação. Assim como entendeu que a tese de Kant, da distinção entre metafísica e conhecimento, contém a matriz teórica para submeter a metafísica à crítica. A maior identidade entre ambas as concepções está na mútua consideração da crítica racional como sinônimo de filosofia. Popper faz uma segunda revolução copernicana, aos moldes daquela proposta por Kant. Enquanto este propôs que nossas idéias não são orientadas pelo mundo, mas, ao contrário, este orientado por aquelas, Popper propôs que o avanço em direção à verdade não ocorre pela demonstração de que o mundo se comporta conforme nossas idéias, antes, que nossas idéias são falíveis e discordantes dos estados de coisas do mundo. Assim, a filosofia contemporânea é, ao mesmo tempo, a exacerbação da atitude crítica da modernidade e sua superação.

PALAVRAS CHAVE: metafísica, verdade, racionalismo, crítica, conhecimento, ciência.

ABSTRACT: Critical rationalism is a contemporary heir to the problem set in the modern philosophy of knowledge, both ontologically and epistemologically. The intention of this paper is to show the deep relationship, both from the standpoint of the problem, as the theoretical framework between these philosophies. Popper realized that Kant was not concerned to investigate because you can see the world, but as we progress in research. Like the view that the thesis of Kant, the distinction between metaphysics and knowledge contains the theoretical framework to bring metaphysics to criticism. The highest identity between the two conceptions in mutual consideration of rational criticism as a synonym for philosophy. Popper makes a second Copernican revolution, to the extent as proposed by Kant. While he proposed that our ideas are not guided by the world, in contrast, the driven ones, Popper proposed that progress towards the truth does not occur by demonstrating that the world behaves according to our ideas, rather, that our ideas are fallible discordant states of affairs in the world. Thus, contemporary philosophy is at the same time, the exacerbation of the critical attitude of modernity and its overcoming.

KEYWORDS: metaphysics, truth, rationality, critical, knowledge, science.

Popper pretendeu declaradamente corrigir a filosofia de Kant. Alinhando-se à ela transmutou a filosofia do conhecimento daquele em filosofia da ciência e constituiu um exemplo da importância das idéias, particularmente, da força de uma filosofia que, enquanto crítica, nega-se à submissão aos sistemas completos e demonstra a incongruência de propostas que se querem absolutas. Popper aprendeu com Gödel (1931) que um sistema não pode abarcar a totalidade e ser consistente: ou há incompletude ou há inconsistência. Sua tese se confunde com a própria história da filosofia ocidental que tem no princípio de não-contradição e no princípio da incompletude a força vital da crítica, capaz de instabilizar as mais completas, complexas e criativas respostas que ao longo do tempo a humanidade produziu.

Considerar a crítica racional como sinônimo de filosofia foi o passo decisivo dado por Popper para criar as condições à sua proposta filosófica própria e buscar fazer uma segunda revolução copernicana, aos moldes daquela proposta por Kant (1980, p. 12). Enquanto Kant propôs que nossas idéias não são orientadas pelo mundo, mas este orientado por elas, Popper propôs que se quisermos avançar em direção à verdade não devemos tentar demonstrar que o mundo se comporta conforme nossas idéias, mas, tentar demonstrar nossas idéias como falsificáveis e que do mundo podemos extrair exemplos da incongruência delas e, assim, corrigi-las incansavelmente. O critério de cientificidade proposto por Popper somente inclui no horizonte científico - que é o horizonte racional e, por isso, o da filosofia - aquele conjunto de proposições que são falsificáveis, abertas à interpelação crítica e que correm o risco de denúncia por falsidade. O critério de demarcação entre ciência e os demais saberes explicita a introdução da crítica como constitutiva do conhecer e produtora das condições de distinção entre sistemas de idéias não falsificáveis e aqueles falsificáveis; propõe sistemas teóricos abertos, que reconhecem a impossibilidade de completude sem contradição e, assim, não desejam mais do que propor conjecturas científicas coerentes sobre o mundo.

Com o estabelecimento do critério de demarcação científica, Popper constituiu a condição para a solução ao problema da indução, considerado uma particularidade do problema da demarcação e, por isso, resolvido com base na solução daquele. Este critério constituiu-se em teoria da racionalidade, da qual decorre um conjunto de padrões para teorias científicas. Diferentemente de um conjunto de regras metodológicas mecânicas que tornem possível alcançar respostas a problemas, a demarcação é adequada para avaliar, na condição de hipóteses, as respostas fornecidas previamente. Enquanto a psicologia empírica tem a tarefa de tentar responder como concebemos nossas idéias, o domínio da lógica da investigação orienta, normativamente, para apreciação das soluções tentadas. O que Popper fez foi elaborar uma sugestão com intuito de estabelecer convenções quanto ao que deva contar como referência para decidirmos tomar uma teoria

como científica: quando uma experiência crucial é concebida contra ela. Igualmente quanto ao que deve contar como referência para rejeição de uma teoria: quando ela é reprovada em uma experiência crucial. Segundo Lakatos “a lógica da descoberta de Popper atribui, pela primeira vez no contexto de um programa de investigação epistemológica importante, um novo papel à experiência em ciência: as teorias científicas não se baseiam, não são estabelecidas ou probabilizadas por fatos, mas antes eliminadas por estes” (1974, p. 242).

Popper chama por “método de tentativa e erro” a um esquema evolucionário, $PI \rightarrow TT \rightarrow EE \rightarrow P2$, que funciona através da eliminação de erros e, no âmbito científico, através da crítica consciente sob a idéia regulativa da procura da verdade. PI é o problema inicial; TT são as tentativas de solução; EE nomeia o procedimento de eliminação de erro e $P2$ o novo problema mais próximo da verdade. Ele propõe que há uma coincidência entre a forma filosófico-científica de eliminação de erros e a forma pela qual a natureza processa sua manifestação rumo à evolução ou supressão das suas debilidades em relação ao ambiente (Cf. POPPER, 2002a, p. 422). O método de tentativa e erro parte de uma concepção de progresso contínuo pela confrontação de teorias especulativas e repetidas observações que eliminam as teorias em desacordo com esta dinâmica. As conjecturas são ousadamente expostas à refutação, os testes incidem sobre sistemas teóricos abrangentes e não em teorias isoladas que são testadas independentemente para investigar qual parte de um sistema é suscetível à refutação. Poder-se-ia pensar, como Lakatos, que Popper exige do cientista a especificação antecipada das experiências que, em produzindo resultados negativos, comprometem o sistema como um todo, mas há algo intrigante nessa interpretação, a saber: porque o cientista iria, expressamente, declarar sob que condições sua tese seria abandonada e não analisar essas condições anteriormente, ou seja, avaliar se sob esta condição ela poderia ser imediata e efetivamente abandonada? Lakatos parece entender que o cientista conhece todo o contexto no qual faz ciência e, assim, pode optar livremente por determinada posição teórica. Pelo contrário, segundo Popper, o cientista tem hipóteses e um universo desconhecido no qual ele está inserido, o conhecimento é sempre imensamente inferior à ignorância, daí a impossibilidade de afirmar antecipadamente sob que condições e qual o impacto das falsificações.

O jogo da ciência tem regras convencionadas que definem a própria ciência e as condições potenciais de falsificação de suas hipóteses teóricas. As falsificações são levadas a efeito por enunciados básicos que têm valor de verdade coerente com as condições de experimentação e com a unanimidade da comunidade científica quanto às condições para atribuição de valor de verdade. Na sequência, os testes serão repetidos em condições de experiência controlada e a comunidade científica dará um veredito quanto à verdade ou falsidade do falsificador potencial. Se o enunciado básico que se opõe à teoria como falsificador potencial for julgado

falso, a teoria hipotética é declarada corroborada, ou seja, ainda não foi falsificada. Se o enunciado básico for julgado verdadeiro pela comunidade científica, a teoria hipotética é declarada falsificada e excluída do horizonte científico. Tal falsificação fará parte da história e constituirá o referencial teórico responsável por munir de recursos a imaginação criativa na elaboração de novas hipóteses, evitando aqueles erros que, à luz de tal referência, podem ser evitados. A hipótese que se seguir deve ter novo conteúdo empírico de forma a permitir a oposição de novos enunciados básicos, sob risco de ser declarada *ad hoc*, o que implica seu comprometimento prévio. A atividade científica, quando adequadamente gestada, progride de forma que as teorias subsequentes abarcam “uma generalidade (ou ‘conteúdo empírico’) crescente; colocarão *questões* cada vez mais profundas sobre o universo” (LAKATOS, 1974, p. 244). Tanto quanto no xadrez, na ciência as regras não explicam porque o jogador joga esse jogo, elas somente permitem saber se uma jogada é apropriada, mas não dizem da ciência como um todo se é ou não racional.

Entretanto, Popper transita de uma posição segundo a qual, na escolha do objetivo das ciências, as opiniões podiam divergir por estarem além de qualquer discussão racional, presente em “The logic of scientific discovery” de 1934, para uma definição do objetivo da ciência como sendo a verdade, presente em “The aim of science” de 1957. Qual a importância disso? Ocorre que ele não propôs, onde quer que seja, um meta-critério que permitisse avaliar o conjunto dos critérios de cientificidade quanto à sua eficácia na condução à verdade. Achou-se dispensado da criação das condições sob as quais sua tese seria refutada por entender impossível a previsão de qual idéia de teste iria brotar no imaginário de qualquer um a qualquer tempo. Lakatos, por sua vez, em seu esforço para enquadrar Popper como um metodólogo afirma que, independente de Popper não ter previamente criado as condições sob as quais seu critério de demarcação seria falsificado, ele pode ser falsificado por um meta-critério derivável de seu próprio critério de demarcação. Tal meta-critério seria: se um critério de demarcação for inconsistente com as apreciações básicas da elite científica, deverá ser abandonado independentemente de cremos na racionalidade das proposições básicas dos cientistas. Ao aplicar tal critério à teoria da demarcação de Popper, esta não sobrevive, pois, “as melhores realizações científicas não teriam sido científicas e os melhores cientistas, nos seus melhores momentos, quebraram as regras do jogo da ciência de Popper” (LAKATOS, 1974, P. 247). Nem freudianos, newtonianos ou einstenianos definiram as condições sob as quais suas teorias seriam refutadas, não obstante foram refutados, mas, apesar disso, continuaram influentes. Contudo, como veremos, é possível aceitar Popper e negar a meta-falsificação. Popperianamente pode-se afirmar que tais teorias nunca passaram de conjecturas ousadas e que sobrevivem nessa condição, apesar de Lakatos sustentar que a proposta metodológica inicial de Popper foi proibir, antecipadamente, as conjecturas

inconsistentes e que tal condição paralisaria a ciência e impedir-lhe-ia o progresso. No tocante ao que estamos tratando, Lakatos afirma que “se o jogo da ciência tivesse sido jogado de acordo com a cartilha de regras de Popper, o ensaio de Bohr de 1913 [teoria quântica dos átomos] nunca teria sido publicado atendendo a que se encontrava inconsistentemente enxertado na teoria de Maxwell, e as funções delta de Dirac teriam sido ocultadas até Schwartz” (LAKATOS, 1974, p. 248). Ora, Popper nunca teve nada contra tentativas inconsistentes, audaciosas e de alto risco, pelo contrário, quando discute a probabilidade ele é enfático em afirmar que é no caminho inverso da probabilidade que o cientista deve trilhar se quiser encontrar conjecturas que sejam novas e interessantes. Ele situou sua ênfase no plano da justificação e declarou que não há algo como uma lógica da descoberta aos moldes das tentativas de Peirce com a abdução. Assim, a questão de fundo é saber o que mesmo Popper propôs e até onde sua proposta se sustenta.

A filosofia da ciência de Popper guarda simetrias e assimetrias importantes em relação à filosofia do conhecimento de Kant. Popper nega a possibilidade de soluções indutivas e insiste no significado cognitivo-objetivo da falsificação de hipóteses através da experiência, garantindo ao resultado um peso objetivo. Ele fundamenta sua tese em uma determinação prévia da posição negativa e restritiva da efetividade da experiência em relação à nossa capacidade de conhecimento. Eis um tema nitidamente *kantiano*, pelo qual Popper se orientou, na medida em que deu ênfase em sua obra ao princípio da crítica.

Hume sustentou que a relação causal não é conexão necessária no mundo físico, de forma que causa e efeito descrevem sentimento de crença e não relações lógicas. Não obstante, para Hume, apesar de não haver fundamento racional para tal, o homem produz ciência movido por necessidade e com vistas a perpetuação. Kant submeteu a razão ao tribunal de si própria para que a reflexão transcendental denotasse as possibilidades e limites do conhecimento. Ele compreendeu a “Crítica da razão pura” como “um tratado acerca do método, não um sistema da própria ciência; não obstante traça como que todo o seu contorno, tendo em vista todos os seus limites como também toda a sua estrutura interna” (KANT, 1980, p.14). Desta forma Kant distinguiu a capacidade racional de produção de conhecimento objetivo da livre especulação metafísica, inapta ao conhecimento. A centralidade dessa questão revela nossa razão como limitada e o mundo verdadeiro como inalcançável. Tal mundo só pode ser apreendido por representações e somente na medida das restrições metódicas de nossa demanda racional, por meio da dimensão da experiência sensível, quando a razão se compreende como dependente da sensibilidade. “A experiência é instância crítica-negativa contra a razão teórica, e apenas quando a razão reconhece isto ela tem uma perspectiva de conhecimento” (BUBNER, 1973, p. 136). Popper, por sua vez, não aceita a herança kantiana por completo, alguns aspectos são por ele recusados. O caráter

transcendental de síntese *a priori* é abandonado por Popper, a síntese racional não precede toda experiência, mas se faz em hipóteses e teorias-tentativas sujeitas a falsificações. A crítica popperiana não pretende mais uma fundamentação transcendental, ela consiste de discussões críticas capazes de apresentarem razões a fim de eliminar hipóteses em testes constantes. Na recusa à fundamentação transcendental subjaz a única garantia pensável para a cientificidade empírica de processo dinâmico da criação científica, uma vez que a meta do conhecimento objetivo é deslocada desde o princípio para a dimensão do progresso e do movimento incessante de aproximação à verdade (Cf. BUBNER, 1973, p. 137).

Como trataremos de estabelecer uma análise da legitimidade da declaração de filiação de Popper à filosofia kantiana torna-se importante investigar se na sua filosofia da ciência há seqüência, conseqüência ou, ao menos, similaridade em relação à filosofia do conhecimento de Kant. Nosso recorte pretende abordar mais especificamente o problema que diz respeito à possível similaridade, concordância ou coincidência entre o mundo, a natureza e aquilo que afirmamos conhecer acerca dela. A origem do problema do conhecimento científico em Kant, não necessariamente privilegia a filosofia transcendental, apesar de Kant ter declarado tal privilégio. A atual literatura especializada em investigar o problema do conhecimento científico, na seqüência da proposta kantiana, é a filosofia da ciência unificada em torno do problema da racionalidade da ciência. As questões relativas à esta preocupação podem ser mencionadas de diversas formas. Priorizando as interrogações, podemos formular algumas questões, partindo do seguinte axioma: As investigações científicas só são legítimas se pressupõem que o mundo pode ser apreendido em sua estrutura inteligível. Assim, o conhecimento científico supõe um conhecimento anterior não científico? O conhecimento científico pressupõe princípios? Todo princípio é racional? Se sim, com quais princípios de racionalidade se procede em investigações científicas? Como se coaduna o princípio empirista de que nós não podemos ter conhecimento *a priori* do mundo com os princípios racionais de não-contradição e de incompletude? Os princípios racionais não são conhecimentos do mundo, são condições para a formulação de conhecimentos do mundo, logo, o conhecimento científico pressupõe princípios de outra ordem, que ordem é esta?

Quando a questão que se impõe é relativa à verdade, é necessário perguntar: como podemos buscar a correspondência entre o que afirmamos e o mundo se o que afirmamos têm princípios, logo, referências estáveis e o mundo é dinâmico? Trata-se de buscar uma estrutura essencial do mundo ao mesmo tempo estável e em acordo com a dinâmica dos fenômenos particulares? Ou, é possível buscar uma verdade empírica sem supor uma idéia regulativa de verdade que defina o tipo de verdade a ser procurada? É condição ao conhecimento saber se a investigação dará prioridade à referência empírica, à unidade entre os fenômenos ou à coerência

entre as proposições que emitirmos sobre o mundo? Em que consiste a racionalidade científica se ela não pode dizer sequer se faremos progresso? Tanto o progresso buscado como a racionalidade que move o cientista são pressuposições? Se sim, são de ordem puramente prática ou também teórica? Para que a verdade seja relevante ao progresso do conhecimento científico ela pode ser concebida como habitando entre um amplo conjunto de conjecturas, ou precisa haver delimitação estrita do conjunto das conjecturas para ter eficiência metodológica? Estas são as questões que envolvem o que pode ser denominado como o problema da racionalidade da ciência.

Nesse ambiente teórico, com essas questões em consideração é que podemos avaliar se a filosofia da ciência de Popper tem ou não na filosofia do conhecimento de Kant sua base teórica. Trata-se de saber se Popper considera necessárias as suposições metafísicas para delinear ontológica e metodologicamente o universo conjectural e atribuir legitimidade à busca da verdade. Ou seja, Popper entende que a concepção prévia de uma inteligibilidade do mundo é condição para a ciência ou, diferentemente de Kant, concebe o início da ciência como anárquico, ou pelo menos, indeterminável, bastando ter uma conjectura qualquer que possa ser testada? Mas, nesse caso, sob que condições os testes se dariam?

Como escreveu Luft (2005) podemos conceber o mundo como “um vasto objeto disponível a uma inteligência ainda ausente, que a evolução tenderá, por acaso ou não, a produzir um dia, desvelando-se a si mesma [mas neste caso] a própria inteligibilidade do mundo permaneceria inexplicada” (p. 13). Quando falamos de leis da natureza somos levados a compreender também elas como a própria inteligibilidade. Parece restar o dualismo entre o espírito inteligente e a matéria passiva. Mas “o mundo não é nem apenas inteligibilidade nem apenas inteligência, sendo ambas na verdade como duas faces indissociáveis de uma mesma moeda” (p. 14). Em numerosas passagens Popper parece dispensar a existência de uma metafísica responsável por restringir o universo das conjecturas. Com isso permite a interpretação de que ele considera todas as conjecturas iguais em relevância, o que torna o procedimento de testes uma tarefa infinita e com racionalidade metodológica questionável. A relação de distinção kantiana entre teoria da razão e teoria do entendimento é bem apresentada como segue:

No contexto da teoria da razão de Kant, natureza é o objeto da investigação científica; leis são empíricas, embora fisicamente necessárias; experiências são experiências científicas; e conhecimentos são conhecimentos científicos. No contexto da teoria do entendimento de Kant, natureza é agregado de tudo o que aparece ou pode ser o objeto de possíveis experiências; leis são transcendentais; experiências são sempre experiências, reais ou possíveis; conhecimento é cognição ou domínio cognitivo (FERNANDES, 1981, P. 80.

Não significa que Kant propunha a existência de dois tipos de experiência, uma ordinária e uma científica, ele concebe uma mesma natureza e uma mesma experiência, porém, abordadas por duas distintas óticas, a da razão e a do entendimento, responsáveis por dois tipos de leis e dois distintos tipos de conhecimento. Popper privilegia a primeira via e, seguidamente, dispensa a segunda; por conseqüência só concebe um tipo de lei e de conhecimento; mesmo em relação a dimensão empírica, seu ceticismo parece predominar de tal modo que sua epistemologia pode ser definida corretamente como debate com o ceticismo. De forma precavida, sem pretender vencer a incerteza, ele alinhava uma racionalidade não totalizante. A idéia de uma teoria integral sobre o mundo parece a Popper como uma projeção hipotética, condenada a ser expressa em linguagem humana e sujeita a revisões constantes. Não é, contudo, atividade indutiva uma vez que não pretende ser inferência explicativa a partir de conhecimentos parciais existentes, tampouco conhecimento *a priori*, concebido como independente do conhecimento empírico. O caráter hipotético de uma teoria universal do mundo observável segue a mesma definição anti-essencialista que Popper atribui à toda a ciência, não é conhecimento, *episteme*, não passa de conjecturas, é portanto, *doxa*.

Por outro lado, Popper pretende filiar-se à preocupação kantiana com o conhecimento científico e fazê-la avançar, por lhe parecer, na tradição, a melhor referência racional. Objeta, contudo, a possibilidade de uma teoria do conhecimento baseada na generalização indutiva, pois com ela o dilema seria, entre regresso infinito e apriorismo, mas entende que a suposição de teorias universais pode servir como justificativa para a busca por tais teorias, independente de alcançá-las ou não. Há, porém, diferença entre justificar, por exemplo, a indução, quando se pretende validar um procedimento como racional e justificar a busca por uma teoria, quando se quer desafiar o imaginário. Para Popper não faz sentido perguntar por que nós fazemos progressos teóricos, sua preocupação é explicar como isso ocorre, assim a teoria da racionalidade pensada enquanto tal, extrapolando a metodologia, é sem sentido. Mas sua posição não está livre de problemas, mesmo não aceitando teorizar sobre o que é a racionalidade, Popper afirma que a atitude crítica define a atividade como racional. A crítica é condição absolutamente necessária à racionalidade, ela supre as insuficiências teóricas como a simplicidade dos problemas e soluções, o caráter esquemático de toda descrição, a função argumentativa da linguagem, a atividade de solucionar problemas. As entidades racionais por excelência são os problemas, eles implicam outro ingrediente importante, a criatividade racional ou racionalidade criativa. Popper sublinha a distinção entre o mais subjetivo sentido de racional e o mais objetivo sentido em que racional pode caracterizar certos tipos de produtos de nossa atividade mental (Cf. POPPER, 1974, p. 1085, 1089, 1090/1).

Popper compreendeu que Kant não estava preocupado em investigar *por que* é possível conhecer o mundo ou em descobrir o que é o mundo, mas *como* podemos progredir na investigação científica, pois Kant não foi um essencialista. Contudo “Kant admitiu necessitar de uma metafísica, ontológica *fundamentação* extra-metodológica do conhecimento científico, e foi muito mal interpretado, assim como Popper” (FERNANDES, 1981, P. 104). Nem Kant nem Popper se dispuseram a investigar a existência de uma inteligibilidade na natureza, o primeiro a tomou como possível e existente *a priori*, o segundo pretendeu ter reelaborado e refinado a tese precedente, mas aceitou o caráter *a priori* da inteligibilidade da natureza, aos moldes de Kant. Popper afirmou que de argumentos logicamente necessários pode-se inferir a necessidade física em uma metafísica premissa sintética, mas negou a legitimidade da inferência bem como negou a legitimidade da indução. Mesmo autodefinindo-se como metafisicamente indeterminista, Popper exige que metodologicamente procuremos por leis causais ou determinísticas, uma idéia evidentemente Kantiana, pois “como para Kant, o princípio da causalidade é para Popper uma metafísica, asserção sintética sobre a realidade” (FERNANDES, 1981, p. 105). A possibilidade de tal asserção tem implicações metodológicas, nas palavras de Popper: “nós não abandonamos a procura por leis universais e por um coerente sistema teórico, nem renunciamos a nossa tentativa de explicar causalmente um tipo de evento que nós podemos descrever” (POPPER, 2002, p. 38).

Se há ou não inteligibilidade na natureza é algo quanto ao que as posições de Kant e de Popper são semelhantes. Dada a impossibilidade de sabermos a verdade sobre a idéia metafísica de que há leis naturais, ambos entendem que deve haver unidade teórica no trabalho da ciência, de forma que as teorias sobre a natureza devem se expressar em sistemas coerentes e íntegros, legitimando a busca por leis naturais, mesmo que sua existência não passe da condição de uma esperança. Em Popper a crítica exerce o papel de denúncia das contradições ou inconsistências, a integridade do sistema deve sobrepor-se e aumentar, progressivamente, o conhecimento verdadeiro. Iguamente quanto ao princípio do conhecimento científico há simetria entre Kant, defensor da tese da origem subjetiva do princípio regulativo do conhecimento científico e Popper, primeiro aceitando a impossibilidade de uma resposta objetiva ao sucesso das ciências empíricas e, depois, ao responder aos críticos, admitindo explicitamente a dimensão subjetiva da aceitação das explicações. Para um e para outro se trata de atuar em ciência como se leis existissem, mesmo que o mundo não seja finalmente racionalizável, a tarefa é tentar racionalizá-lo conforme as condições de cada época, em um processo que se confunde com a infinita tarefa civilizatória da humanidade. Pretender haver concluído tal tarefa de forma a não necessitar de novas tentativas é já ingressar no círculo suspeito de dogmatismo por não perceber os erros necessariamente intrínsecos no sistema teórico. Como bem propôs Kant, o mundo só pode ser

abordado por representações, assim, esperar que as representações sejam irretocáveis é pretender a perfeição, inalcançável aos humanos, mesmo que seu sistema de linguagem seja crescentemente mais complexo.

Registramos aqui o que está diretamente implicado ao problema da verdade no racionalismo, objeto de nossa tese: a admissão por Popper, como fato metafísico, de regularidades no mundo. Ele entendeu que uma proposição com tal conteúdo não pode ser demonstrada, e é metafísica por não poder ser falsificada. Concebe, portanto, importância a um conjunto de elementos estranhos ao empirismo tradicional e mesmo de difícil articulação com seu realismo. Assim é com a admissão de que nossa capacidade intelectual para produzir conhecimentos sobre o mundo é tão improvável quanto surpreendentemente real. Também ao tratar a disposição cognitiva humana como persistindo incansavelmente em desvendar leis físicas necessárias e universalmente verdadeiras, concebidas *a priori* em consonância com os mistérios inalcançáveis acerca da própria estrutura do mundo. O princípio de causalidade tem a constituição de uma proposição sintética e é *a priori*, já a aceitação dos fatos sobre o mundo, contidos nas proposições, tem base subjetiva. Ocorre que Popper concebeu o princípio do conhecimento teórico como um princípio regulativo, aos moldes da idéia regulativa da verdade, com algumas diferenças que veremos a seguir. Mas o referido princípio é pragmático e teoricamente necessário, também é unificador e se configura como sintético, apriorístico e subjetivo, além de transcendental. A seguir indicaremos o que significa na teoria popperiana a relação entre o princípio regulativo do conhecimento teórico e a idéia regulativa da verdade e, a articulação destas entidades cognitivas com o realismo de Popper.

CONHECIMENTO, VERDADE E REALISMO

Para Popper há sempre uma constituição teórico-lingüística que precede toda concepção de conhecimentos empíricos e mesmo de regras definidoras de referências à atividade cognitiva. O conjunto dos elementos conceituais impõe uma relação para com o processo evolutivo de produção das definições de forma a inviabilizar qualquer formulação pura. Há sempre uma formulação teórica precedente e, tanto quanto é aceita na prática, deve ser aceita teoricamente, isso garante o realismo. Com base na teoria precedente é que ocorrem as decisões dos cientistas por buscarem ou não a explicação causal sobre os fenômenos em questão. Não há aqui qualquer aspecto pragmático, a decisão teórica precede a pragmática direção da teoria científica e, assim, procede racionalmente, uma vez que a razão é livre na condição de que cumpra com esse papel. Já em Kant, a racionalidade está condicionada à instrumentalização das decisões, é no âmbito da razão que se

constituem as teorias que são impostas ao mundo externo, conforme sua revolução copernicana, a razão não é livre para não cumprir tal tarefa. Popper adota essa forma de conceber as coisas e sustenta que o princípio de não-contradição requer não existirem impedimentos à busca por teorias universais.

A ciência progride com idéias regulativas que, por sua vez, estão também em progresso, ou pelo menos, se alteram. A idéia de verdade diz respeito ao uso descritivo da linguagem, com a qual as ciências pretendem dizer como é o mundo quando tratado com padrões objetivos. A idéia de verdade não é um critério, mas um princípio regulativo racional, orientador da atividade investigativa, não sujeita a falsificação, porque, enquanto princípio é condição da ciência sem ser ciência. A cientificidade é definida na instância da discussão crítica e não naquela da base empírica. Popper transita de um falibilismo estrito para um falibilismo generalizado. A idéia da validade diz respeito ao uso argumentativo da linguagem e define se o conjunto das proposições estão coerentemente dispostas de forma a garantir a inferência de uma delas como conclusão das demais. A essas duas somam-se a idéia do realismo científico, que procura teorias correspondentes aos fatos, bem como, o princípio de não-contradição, o princípio de causalidade e a suposição racional da inteligibilidade do mundo. É nesse contexto teórico que faz sentido analisar o problema da verdade no racionalismo crítico, no contexto das condições sob as quais podemos falar em conjecturas interessantes sobre o mundo.

Popper sustenta que o conhecimento progride com grandes conjecturas unificadoras, expressáveis de forma simples e rica ao mesmo tempo, por pretender dar conta das propriedades estruturais do mundo. É importante o conteúdo e a coerência da teoria, além do grau de testabilidade independente e os próprios testes para decidir sobre a importância de uma teoria. A sujeição a testes independentes coíbe a introdução de hipóteses *ad hoc* de cunho convencionalista. Somente hipóteses que não diminuam a testabilidade e falseabilidade intersubjetivas podem ser acrescentadas ao conhecimento já existente, do contrário, sempre seria possível dispor de proposições de forma a extrair o resultado previamente esperado.

A capacidade de predição teórica é uma exigência que se faz às teorias científicas, mas Popper reconhece certo dogmatismo cercando essa expectativa, pois ela supõe que o mundo é coerente, compacto e orgânico, o que se coaduna mal com a exigência de conjecturas ousadas que pretendem captar uma estrutura inteligível, porém inédita. O recurso de Popper, para estabelecer a relação entre conhecimento, verdade e realismo, foi conceber a verdade como idéia regulativa enquanto guia para as investigações conjecturais em testes independentes.

O caráter metafísico da postura realista de Popper aparece mais claramente quando ele afirma que se uma teoria testável independentemente tiver a condição de verdade, ela nos dá previsões de sucesso. Ou seja, uma teoria tem sucesso na previsibilidade, por ser verdadeira, e não o inverso, o que lhe traria imensos

problemas relativamente à coerência com sua proposta de falseabilidade independente do sucesso das teorias. Mas o fundamental aqui é salientar a verdade como idéia regulativa a sustentar a possibilidade da previsibilidade teórica. A idéia de verdade, ganha, então, necessidade, pois sem ela são impossíveis previsões. Sua proximidade com Kant fica evidente ao percebermos que a idéia de verdade é que substancializa a previsibilidade, e, assim, as conjecturas para resolução de problemas. A idéia de verdade é, então, *a priori*, necessária, transcendental, de caráter subjetivo e regulativo; é o princípio ordenador e fio condutor responsável por dar sistematicidade à ciência e permitir a relevância teórica aos resultados da investigação. Distintamente de Kant, não se trata de síntese *a priori*, a síntese racional não precede a experiência, ocorre em hipóteses sujeitas a falsificações. Substitutivamente à fundamentação transcendental, a idéia regulativa de verdade implica discussões críticas e apresentação de razões a fim de eliminar hipóteses em testes constantes.

Quanto ao entendimento, Popper pensa como Kant, ele deve ser articulado em uma interdependência sistêmica entre as proposições, de modo a constituir uma rede teórica capaz de ser suficientemente seletiva e apreender o objeto de investigação sem querer abarcar a totalidade do mundo, mas capaz de sustentar a inevitável imbricação entre todos os conteúdos que são objetos da ciência. Kant sustentou a necessidade de procedermos orientados pela suposição de que o mundo tem uma inteligibilidade e Popper sustentou, de modo kantiano, que deve-se supor que a estrutura do mundo não esteja além do poder humano de compreensão. Um e outro supõem a imbricação profunda entre os conteúdos e reservam ao investigador a tarefa-tentativa de, conjecturando relações, explicar os fenômenos provisoriamente e, no momento seguinte, rever a explicação, criticar a teoria pela denúncia das inconsistências presentes na rede teórica, e assim, refazê-la sempre novamente. Como Sísifo, condenado a rolar uma imensa rocha montanha acima sucessivamente, o cientista jamais se depararia com a tarefa acabada para, como o Criador, descansar. À distinção de Sísifo, contudo, o trabalho científico não é inútil e sem esperança: há progresso que pode ser retroativamente mensurado e há esperança de aproximação da verdade. Essa esperança, contudo, é problemática, e envolve o universo das crenças na metaconjectura regulativa da verdade. Ou seja, trata-se de crer na suposição da inteligibilidade e no princípio regulativo de que há uma verdade, mesmo que inatingível, uma ontologia orientadora do procedimento científico com um *telos* indeterminado.

Entretanto, para Popper há uma íntima simetria entre crença e irracionalidade, a crítica às crenças é que é racional, não a crença. Nesse caso, pode o irracional ser importante para a ação? Popper diferencia a crença científica – crença de que o procedimento tenha sucesso – da crença mágica, a primeira não tem um grau de irracionalidade comparável à aceitação de uma ideologia total,

uma convenção ou uma tradição baseada em fatos, como tem a segunda. A crença científica está relacionada à esperança subjetiva de que haja crescimento do conhecimento na direção de leis naturais, é uma crença subjetiva de que pode haver explicações objetivas para os mistérios do presente.

REFERÊNCIAS

- BUBNER, R. 1973: *Dialektik und Wissenschaft*. Frankfurt an Main: Suhrkamp.
- FERNANDES, S.L.C. 1981: *Foundations of objective knowledge: the relation of Popper's theory of knowledge to that of Kant*. London: University of London.
- GÖDEL, K. 1931: "Über formal unentscheidbare Sätze der Principia Mathematica und verwandter Systeme I". In: *Manatshefte für Mathematik und Physik*, Vol. 38, p. 173-198.
- KANT, I. 1980: *Critica da razão pura*. Tradução de Valério Rohde e Udo B. Moosburger. São Paulo: Abril Cultural.
- LAKATOS, I. 1974: "Popper on demarcation and induction". In: SCHILPP, P.A. *The philosophy of Karl Popper*. La sale/llinois: Open Court.
- LUFT, E. 2005: *Sobre a coerência do mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- POPPER, K. 1974: "Replies to my critics". In SCHILPP, P. A. *The philosophy of Karl Popper*. La sale/llinois: Open Court.
- _____, 2002: *The logic of scientific discovery*. London and New York: Routledge Classic.
- _____, 2002a: *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. London and New York: Routledge Classics.